



PUBLICADO

Jornal DOG CÂMARA
Edição 078 PC: 122
Data 19/01/24 a 1

Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Cantagalo


Rúbrica

LEI Nº 1.833/2023, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023.

**PROGRAMA PERMANENTE DE REFORÇO
ESCOLAR AOS ALUNOS MATRICULADOS
NAS UNIDADES MUNICIPAIS DE ENSINO
DE CANTAGALO.**

O Presidente da Câmara Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que o Plenário aprovou e, assim, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º – Programa Permanente de Reforço Escolar a alunos matriculados nas Unidades Municipais de Ensino de Cantagalo, para atenuação de déficits de aprendizagem.

Parágrafo único – Pais ou responsáveis dos alunos poderão solicitar aos diretores das unidades municipais de ensino o encaminhamento de seus filhos para a avaliação relativa ao programa citado no caput.

Art. 2º - O Programa terá por atribuição primária e precípua prover o reforço escolar a alunos matriculados nas unidades municipais de ensino, por equipe multidisciplinares de professores, assistentes sociais e afins, quando for o caso, obedecendo aos princípios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação ou por órgão por ela determinado.

Parágrafo único – Para a execução do programa, o município poderá firmar convênios e/ou parcerias com os governos do Estado e da União, sociedade civil, empresas privadas, cooperativas, associações de moradores, moradores de comunidades comprovadamente capacitados para tal finalidade e demais entidades voltadas à área da educação.

Art. 3º - Constituem-se como objetivos do programa:

I – mapear os alunos com menor rendimento escolar, baseado nas provas aplicadas e/ou na percepção dos professores.

II – mapear os alunos com maior número de faltas nas aulas remotas.

III – identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com menor rendimento escolar durante o período de aulas remotas.

IV – produzir conteúdo específico para o reforço escolar, com a participação das coordenadorias regionais de educação.

V – prover de infraestrutura e recursos necessários os professores e responsáveis pelas aulas de reforço escolar para estes alunos identificados com baixo rendimento escolar.

VI – Manter diálogo constante com os conselhos tutelares.





**Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Cantagalo**

Art. 4º - Para o fiel cumprimento desta Lei, o Poder Executivo adotará as medidas administrativas necessárias, observados os ditames da legislação permanente em vigor.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, em 13 de dezembro de 2023.



CIRO FERNANDES PINTO
PRESIDENTE